



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639128 - SC (2021/0004774-1)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : CLAUDINEI COSTA MULLER (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDINEI COSTA MULLER em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (00159581020168240038).

O paciente foi condenado às penas de 7 meses e 15 dias de detenção em regime aberto e de 15 dias-multa por infração ao art. 163, parágrafo único, III, do CP, sendo-lhe substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos.

Aduz o impetrante que os fundamentos utilizados pelo juízo *a quo* para elevar a pena-base não constituem fundamentos idôneos, devendo a reprimenda inaugural ser fixada no mínimo legal.

Sustenta, ainda, a necessidade de reconhecimento da confissão espontânea feita pelo paciente para cálculo da dosimetria da pena.

Pleiteia a concessão da ordem, liminarmente, para que seja reduzida a pena-base ao mínimo legal, suspendendo os efeitos da condenação em relação ao excesso de pena ora impugnado.

No mérito, requer que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, afastando a valoração negativa da “culpabilidade”, da “conduta social” e das “circunstâncias do crime” na primeira fase da dosimetria penal e reconhecendo a atenuante da confissão espontânea em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente